



## NEUTRALIDADE SUBJETIVA E O OCULTAMENTO DAS FALAS DAS MULHERES NEGRAS NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA<sup>1</sup>

Céres Marisa Silva dos Santos<sup>2</sup>

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

### RESUMO

Este artigo analisa a invisibilidade na imprensa brasileira, das falas de mulheres negras, tendo como fonte de investigação dados a pesquisa *Mídia e educação: o discurso da imprensa no debate das ações afirmativas para negros/as*<sup>3</sup> que tratou do debate sobre a adoção de cotas e de Ações Afirmativas para ampliar o acesso de negros ao Ensino Superior do Brasil, nos jornais Folha de São Paulo (FSP), Jornal do Brasil (RJ), O Globo (RJ) e A Tarde (BA). A pesquisa analisou 20% de 370 matérias publicadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2001 sobre o tema e constatou a preferência, como fontes, por falas masculinas, brancas e institucionais. De 345 entrevistas 53 foram com ativistas do Movimento Negro e, desse total, apenas 20 com mulheres negras. Os dados remetem a discussão para o poder, acesso ao discurso midiático e representação.

**PALAVRAS-CHAVE** – Representação, exclusão e acesso ao discurso midiático.

### Introdução

No final de 2013 o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Afrodescendentes divulgou um comunicado referente à sua visita ao Brasil, entre os dias 3 e 13 de dezembro. No comunicado<sup>4</sup>, o grupo apresentou uma avaliação preliminar sobre a situação dos negros (pretos e pardos) no país. Também em 2013, durante a realização da III Conferência Nacional da Igualdade Nacional (II Conapir) um grupo de mulheres - jornalistas e feministas negras - produziu um documento, onde denunciava a continuidade dos meios de comunicação social em reproduzir uma imagem estereotipada da mulher negra, a sua ausência na mídia e elencava uma série de medidas para a reversão desse problema. O dado já havia sido apontado na pesquisa

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordest, realizado de 15 a 17 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); graduada em Comunicação Social/Jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; professora no curso de Comunicação Social, Jornalismo em Múltiplos Meios UNEB/Juazeiro. Coordenadora Executiva do CEAFO/CEAOIUFBA. cmssantos@uneb.br

<sup>3</sup> Dissertação de Mestrado, apresentada no Departamento de Educação- Mestrado em Educação e Contemporaneidade, da UNEB, defendida em 2007.

<sup>4</sup> Disponibilizado no site da ONU no Brasil, <http://www.onu.org.br/grupo-de-trabalho-da-onu-sobre-afrodescendentes-divulga-comunicado-final/>



*Mídia e educação: o discurso da imprensa no debate das ações afirmativas para negros/as* e me motivou a produzir este artigo, onde analiso alguns dos resultados da pesquisa acima citada que sinalizam para a invisibilidade dos discursos de mulheres negras nos Meios de Comunicação Massa (MCM). Nesse sentido, me apóio em conteúdos que mesclam racismo, sexismo e representações sociais e, a partir dessa combinação, procuro encontrar reforço teórico para desenvolver a idéia de ‘neutralidade subjetiva’, a ser aplicada aos MCM no tratamento de temas que envolvem exclusões no acesso ao discurso midiático, geradas por questões de raça e gênero. Para isso, faço uma breve apresentação de dados apurados pela pesquisa *Mídia e educação: o discurso da imprensa no debate das ações afirmativas para negros/as*, onde foi identificado o posicionamento da imprensa nacional sobre a adoção de sistemas de cotas e programas de Ações Afirmativas para ampliar a presença de negros/as em universidades brasileiras, percorri as entranhas dos textos localizados de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001, nos jornais O Globo (RJ), Jornal do Brasil (RJ), Folha de São Paulo (SP) e A Tarde (BA).

A pesquisa recorreu a estudos quantitativos, para conhecer o total de matérias publicadas em 2001 sobre o tema; identificar entre os veículos selecionados os com maior ou menor número de matérias; meses de pico; quais os espaços em que o tema foi mais ou menos abordado – colunas, editoriais, artigos, matérias.

Já as pesquisas qualitativas permitiram recortes para a identificação do gênero e raça dos/as entrevistados/as; se as falas desses/as fontes eram ou não institucionais; favoráveis ou não a proposta de políticas de Ações Afirmativas e cotas para ampliar o acesso de negros/as no Ensino Superior. Nessa parte do trabalho recorri, principalmente, às idéias de Teun V. Dijk sobre Análise Crítica do Discurso (ACD) que foram fundamentais para identificar os argumentos dos posicionamentos diversos, favoráveis ou contrários à proposta de Ações Afirmativas. Alguns, alicerçados em valores conservadores e excludentes, em ideologias ora classistas, ora racializadas, ora socialistas. Enfim, esses ingredientes foram essenciais para a chegada a alguns resultados finais que me surpreenderam.

Para tratar do ocultamento das falas das mulheres negras na imprensa brasileira, precisei fazer uma breve contextualização para me reportar a escolha do tema da pesquisa, que foi justificada por alguns fatores, entre eles: A Organização das Nações Unidas (ONU) havia programado para 2001, a realização da 3ª Conferência Internacional de Combate ao Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban



(África do Sul), nos meses de agosto de setembro. E, até os primeiros meses do mesmo ano as discussões sobre o evento - que envolvia propostas de Ações Afirmativas e cotas para ampliar o acesso de negros/as no Ensino Superior - restringiam-se quase que absolutamente, ao interior do Movimento Negro Brasileiro.

Os debates e embates sobre cotas e Ações Afirmativas para negros/as tornaram-se mais cotidianos e acirrados a partir da metade do ano de 2001, quando o governo brasileiro anunciou a adoção de medidas visando à equidade entre negros/as e não negros/as, já temeroso das movimentações do Movimento Negro Brasileiro para a Conferência de Durban.

Uma das medidas foi a implementação de cotas para aumentar a presença de negros/as no Ensino Superior e nos concursos e licitações públicas. A iniciativa colocou o debate na ordem do dia no âmbito nacional. Nem sempre conciliador ou amistoso, o tema criou um divisor de águas entre os diversos segmentos da sociedade, levados a se posicionar contra ou a favor da iniciativa; ao mesmo tempo em que se associou àqueles que buscam desmascarar o ‘racismo cordial à brasileira’.

Um dado significativo observado na pesquisa foi que o debate, em 2001 sobre Ações Afirmativas e cotas para negros/as foi provocado pela Conferência de Durban e, principalmente, pela organização que o Movimento Negro Brasileiro preparou o país para discutir a sua participação no evento internacional. Uma das iniciativas foi a criação do Projeto de Monitoramento da Mídia, proposto por um grupo de Ong’s de mulheres negras brasileiras.

Essa iniciativa visava acompanhar na imprensa escrita brasileira as matérias editadas sobre a Conferência de Durban e produzir matérias divulgando o evento a partir do olhar dessas mulheres negras, muitas delas, jornalistas. Os debates internos no Brasil e a Conferência de Durban tinham um mote em comum: a adoção de políticas de Ações Afirmativas e, por conta dessa interface, muitas das matérias publicadas em 2001 tratavam dos dois temas.

Importante voltar destacar que o projeto de Monitoramento da Mídia interferiu, positivamente, na mídia impressa nacional a partir da ação de mulheres negras. No entanto, a pesquisa constatou que de 345 pessoas entrevistadas 53 eram negras, sendo 33 homens e, apenas 20 mulheres! Ou seja, justamente o segmento mais excluído do acesso ao discurso midiático, as mulheres negras, foi o que mais atuou para dar visibilidade à Conferência de Durban e aos debates em torno de cotas e Ações Afirmativas para negros/as.



## Dados da pesquisa

Abaixo, alguns resultados da pesquisa *Mídia e educação: o discurso da imprensa no debate das ações afirmativas para negros/as* que norteiam esse artigo. Cabe destacar que de um total de 370 matérias O Globo publicou 175 matérias, o Jornal do Brasil, 88, A folha de São Paulo, 65 e o jornal A Tarde 42.

**Quadro 1 - Lugar dos/as Fontes entrevistadas**

LUGAR DOS/AS FONTES ENTREVISTADAS	O GLOBO	JB	FSP	A TARDE	TOTAL/FONTES
INSTITUCIONAL	62	87	57	21	227
NÃO OFICIAL	18	17	10	03	48
MOV. NEGRO	12	09	17	15	53
OUTRA	10	04		03	17
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>117</b>	<b>84</b>	<b>42</b>	<b>345</b>

Fonte – Elaborada pela autora, a partir dos dados da pesquisa. 2007

Observa-se neste quadro que das 345 entrevistas, 227, (66%) das matérias recorreram a fontes institucionais.

**Quadro 2 - Gênero das fontes das matérias/notícias**

GÊNERO\LUGAR	O GLOBO	JB	FSP	A TARDE	TOTAL
FEMININO (Institucional)	12	15	12	01	40
FEMININO (não oficial)	05	03	04	01	13
MASCULINO (Institucional)	50	72	45	20	187
MASCULINO (Não oficial)	13	14	06	02	35
MOV. NEGRO (FEMININO)	05	04	04	07	20
MOV. NEGRO (MASCULINO)	07	05	13	08	33
OUTRAS FONTES*	10	04		03	17
<b>TOTAL DE ENTREVISTADOS/AS</b>	<b>102</b>	<b>117</b>	<b>84</b>	<b>42</b>	<b>345</b>

Fonte – Elaborada pela autora, a partir dos dados da pesquisa. 2007

Nesse quadro destaca-se a preferências das falas masculinas, brancas e institucionais sobre Ações Afirmativas para negros no Brasil.

A análise de conteúdo das 370 matérias localizadas pela pesquisa nos jornais O Globo (RJ), Jornal do Brasil (RJ), Folha de São Paulo (SP) e A Tarde (BA), em 2001,



mostrou que 155 foram neutras, 108 favoráveis e 107 contrárias à reserva de vagas e Ações Afirmativas para ampliar o acesso de negros/as no Ensino Superior brasileiro. Logo, conclui-se que a imprensa, de certa forma, cumpriu com seu papel primordial: o de produzir textos informativos sobre qualquer fato de interesse da sociedade, ouvindo as mais diversas opiniões, a fim de promover o conhecimento, o debate e a reflexão. Enfim, contribuiu para a formação da opinião pública evidenciando a divisão de opiniões sobre o assunto. Mas essa ‘neutralidade’ não é assim tão simples como parece. É preciso avaliá-la melhor e daí, a produção desse artigo.

### **Representação que exclui**

A exclusão das falas das mulheres negras na mídia pode encontrar justificativa no conceito das representações sociais. Para Denise Jodelet (2001) as representações sociais são construções discursivas e simbólicas que, pois atuam no imaginário coletivo e constituem papéis importantes nas sociedades por evidenciar características de agrupamentos, como identidades e discursos. A partir das representações é possível classificar, categorizar e nomear grupos preexistentes e, muitas vezes, essas representações são internalizadas por cada indivíduo. As representações sociais têm a função de dar sentido à realidade em um contexto histórico, social e cultural, recorrendo aos sistemas de signos, a partir de idéias e compreensões de cada pessoa sobre o real.

Jodelet (2001) explica que as representações sociais situam os indivíduos na sociedade, a partir de suas identidades, diferenças. Sendo assim, contribuem para a construção de uma sociedade. Segundo a autora as representações sociais operam em duas vertentes: as coletivas e as individuais. No caso deste trabalho, que analisa a invisibilidade dos discursos das mulheres negras na mídia, meu interesse volta-se para as representações sociais coletivas que podem ser observadas a partir de quatro elementos: a representação em si; seu conteúdo; o indivíduo que a utiliza e por último, o seu gerador. Muitas vezes, um indivíduo não é produtor de uma representação, apenas o usuário de um modelo introjetado mentalmente.

Esse tipo de representação social, a representação mental, tem a capacidade de expandir-se do campo mental e individual para o coletivo, para o público, a partir dos recursos dos sistemas de signos, como produção de imagens e discursos e acionar uma engrenagem de reproduções de representações.

Esse caminho, da representação mental para a pública, de acordo com Jodelet (2001) pode promover uma assimilação por um coletivo e aí, a representação social



passa à representação cultural que funcionará como uma ferramenta auxiliar na interpretação da realidade para um grupo de pessoas. Ou seja, contribuiu para a compreensão do outro.

Por outro lado as pessoas identificadas em um coletivo, a partir de suas identidades, encontram no grupo o espaço necessário para o reforço de suas identidades. Na sociedade brasileira, onde ainda se vive em uma jaula de padrões de exclusão baseados em questões de classe, raça e gênero, religião etc, as identidades funcionam para distinguir diferenças entre “nós” e “eles”, entre “eu” e o “outro”. Esse modelo pode gerar, estereótipos – a representação negativa de um grupo a partir de suas identidades -, estigmas e preconceitos que passeiam de mãos dadas e livremente no campo das representações sociais e raciais.

Na sociedade brasileira ainda encontramos dificuldades para aceitar a diversidade. Aqui o reconhecimento das diferenças é utilizado como mecanismo de inferiorização e daí, a permanência de valores excludentes. Logo, não é possível ignorar que no cotidiano as comunidades se vêem a si próprias e as demais a partir das diferenças, que, por sua vez, perpassam desde aspectos estéticos a valores culturais, sociais e raciais a partir das representações. Para Jodelet (2001) as representações sociais são um tipo de produto e processo de apreensão da realidade e, pode se dar, a partir dos efeitos de processos ideológicos que perpassam os indivíduos, tanto os representados pelo outro ou que criam representações do outro.

Já Stuart Hall (2010) no artigo O Espetáculo do Outro, trata da representação racial do outro fazendo uma ligação binária, onde eu e o outro são fundamentais para dar sentido, significado a algo, a representação. Afora isso, Hall (2010) salienta que a cultura depende do sentido dado às coisas, atribuindo-lhes diferentes posições dentro de um sistema de classificação. A marcação de "diferença", com base no que a ordem simbólica determina e que chamamos de cultura, depende de nossas identidades e, a partir delas, podemos classificar os outros. Entendendo a diferença como ambivalente, positiva ou negativa, as sociedades constroem as suas representações ou importam e retroalimentam outras, construídas em outras sociedades ou épocas. Nesse caso, as representações do outro, do negro, tem origem no modelo de colonização no continente africano e na identificação do outro. Um exemplo foi a idéia, ainda hoje em vigência, do europeu civilizado e do africano selvagem e infantilizado.

Entendo que, no caso da mídia, as representações sociais funcionam como um extenso palco montado para o desfile, circulação de um universo de representações



sociais; de discursos híbridos e herméticos; trocas e embates, criação e divulgação de estereótipos e valores nem sempre democráticos. Na verdade, a mídia é um amplo cenário da diversidade das relações sociais existentes em uma sociedade em um determinado momento que, a partir das propostas de análise de discurso, é possível identificar questões nem sempre tão explícitas, como é o caso da invisibilidade das falas das mulheres negras na imprensa brasileira.

Essa constatação me remete a afirmação de Jodelet (2001p. 32 e 34) ao citar Plon (1972) de que o lugar, a posição social que os indivíduos ocupam “ou as funções que assumem, determinam os conteúdos representacionais e sua organização, por meio da relação ideológica que mantém com o mundo social, as normas institucionais e os modelos ideológicos aos quais obedecem”. No caso das mulheres negras, o segmento mais impedido pela mídia de se pronunciar, conforme apontou a pesquisa *Mídia e educação: o discurso da imprensa no debate das ações afirmativas para negros/as* nos fazem refletir sobre a teoria da notícia e sobre as fontes. Correia (2011p. 93) considera fontes de informação “todos os agentes sociais dispostos a colaborar com os jornalistas no fornecimento de material informativo considerado de interesse pelos jornalistas”.

Correia (2011) salienta que Leon Sigal (1973) criou uma tipologia das fontes de informação com três categorias: fontes de rotina, aquelas pré-determinadas pela organização; os canais informais, as que transcendem, a rotina dos jornalistas e, por último, as fontes de iniciativa, as que resultam da solicitação de entrevista pelos próprios jornalistas. O autor também cita Stuart Hall que ao trabalhar com fontes, definiu o conceito “*primary e secondary definers*”, que, em síntese afirma que as mais rotineiras estruturas de produção acabam por reproduzir as definições da realidade produzidas pelos mais poderosos e privilegiados.

Na produção da notícia, sabe-se da importância da fonte, na reconstrução de fatos, ou no esclarecimento dos fatos para o grande público. Sabe-se também que as fontes oficiais são as que dão maior credibilidade a notícia, No entanto, como destaca Correia (2011) essa dependência leva a uma visibilidade intensa, massiva, de pessoas e ou idéias consensuais e dominantes, reforçando estereótipos e representações. No caso da nossa pesquisa, esse acesso ao discurso midiático é privilegiado a homens brancos. São esses porta-vozes que vão estabelecer o que Hall chama de definição primária.

Mas Correia (2011) também vai afirmar que os jornalistas têm uma certa autonomia na escolha das fontes e que essa mobilidade, assim como o processo de



relacionamento com as fontes, é resultado de um ambiente de conflito, negociação e cooperação. O autor constata que existe uma concentração em um número pequeno de fontes, que são acionados, com frequência, para validar e opinar sobre notícias e que essas fontes são oficiais ou ‘poderosas’. Afora essa questão o autor também observa uma profissionalização das fontes que se colocam na órbita dos medias, sempre disponíveis a se manifestarem, tornando-se, assim, fontes privilegiadas.

Mas no caso da invisibilidade das falas das mulheres negras sobre o processo de adoção das Ações Afirmativas no Brasil, intriga constatar que foi um grupo de jornalistas negras que trabalhou, quase que na configuração de uma agência temporária de notícias, dando visibilidade a Conferência de Durban e que, portanto, tinha condições de indicar mulheres negras para serem fontes de credibilidade para tratar do assunto, mas que não foram associadas pelos Meios de Comunicação de Massa.

Incomoda pensar qual o lugar que esse segmento, as mulheres negras, ocupa no campo das representações sociais ao ponto de ser naturalizada a sua exclusão do discurso midiático. Essa exclusão ‘natural’ se alicerça aonde? Na representação histórica; No racismo? No sexismo;

## **Racismo**

A ausência das falas das mulheres negras apontada na pesquisa *Mídia e educação: o discurso da imprensa no debate das ações afirmativas para negros/as* me remete a reflexão de idéias sobre racismo e reconhecimento. De forma sucinta, trabalho com as idéias sobre racismo de alguns autores como Antonio Sérgio Guimarães (2002), André Ricardo Nunes Martins (2005) e Carlos Moore Wedderburn (2007). Para Guimarães as questões de exclusão por classe, são usadas para justificar a inexistência do racismo no Brasil e invisibilizá-lo na teia das classes sociais:

[...] raça não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’.<sup>5</sup>

A argumentação de Guimarães (2002) se alicerça em dois pressupostos, considerados por ele, como difíceis de serem percebidos: a inexistência de raças biológicas e, com isso, a inexistência de critérios científicos que justifiquem o que se

---

SIBIDEM, p. 51.



chama de ‘raça’. Portanto, a não existência real, e a existência nominal <sup>6</sup> da ‘raça’ é efetiva e eficaz apenas no mundo social e somente neste pode ter realidade plena. No Brasil, a comunidade negra reforçou seu discurso identitário, internamente, para a reconstrução étnica e cultural e, externamente, para denunciar a prática do racismo pelas elites brasileiras, como mecanismo de dominação e subalternização dos/as negros/as.

Já André Ricardo Nunes Martins (2005) trabalha o conceito de raça na perspectiva de categoria de análise, sem associá-la à Biologia, defendendo o uso estratégico do termo “em reconhecimento ao papel que considerações baseadas em questões de raça desempenham nas diversas formações sociais” <sup>7</sup>. O autor observa que não é possível ignorar que no cotidiano as comunidades se vêem a si próprias e as demais a partir das diferenças, que, por sua vez, perpassam desde aspectos estéticos a valores culturais.

É nesse caminho que encontro alicerce capaz de justificar a invisibilidade das falas das mulheres negras na mídia impressa brasileira. Martins<sup>8</sup> busca reforço teórico em vários/as estudiosos/as que consideram raça como uma construção ideológica e não apenas uma construção social porque a idéia de raça só existe dentro de uma estrutura de grupo. Quando uma sociedade, ou as pessoas, constroem suas representações e agem a partir dessas construções e quando se fala de grupos historicamente excluídos, me parece que há uma lógica entre o lugar que as mulheres negras ocupam na sociedade brasileira e no senso comum dos/as brasileiros/as e o não acesso ao discurso midiático das mulheres negras.

É importante destacar o entendimento de Wedderburn (2007) sobre a raça. Ele compreende raça como uma construção sócio-política que foge da Biologia e que está presente nas relações humanas. Essas, as relações humanas, transportam distinções conceituais a partir da representação social que o ‘outro’ dá a um contingente populacional. Ele argumenta que o racismo está presente em todas as áreas - econômica, militar, social etc- e que o modelo das relações raciais na América Latina, por exemplo, é revelador das interfaces do racismo nas relações com a maioria da comunidade negra e

---

<sup>6</sup> Realismo, segundo o autor (1999), é a teoria na qual os conceitos científicos reproduzem entidades existentes numa suposta realidade concreta objetiva, seja aos valores, seja à observação científica. Já o nominalismo é a doutrina na qual os conceitos têm existência apenas enquanto tais, ainda que se refiram a fenômenos e fatos reais.

<sup>7</sup> P. 183.

<sup>8</sup> In Racismo e imprensa – argumentação no discurso das cotas para negros nas universidades, artigo baseado em uma pesquisa para a titulação de doutoramento em Linguística, pela UNB, na qual analisa os argumentos sobre cotas e políticas afirmativas em 352 textos dos jornais Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e A Tarde, no período de 1º de janeiro de 2002 a 31 de dezembro de 2003. A pesquisa concluiu que os jornais foram parciais e se “engajaram de modo explícito na representação desfavorável das cotas”.



destaca os fatores pigmentocrático e clientelista, os quais agem como se fossem um oxigênio para a atomização ininterrupta dos segmentos raciais subalternos.

Por sua vez Jacques D’Adesky (2001) trabalha com identidade e reconhecimento, tendo como referência Hegel e Charles Taylor, para constatar o impacto do racismo e das representações nas relações sociais. Para o autor falar em reconhecimento é inevitável para se tratar de identidade, pois ambos, o reconhecimento e identidade, são fatores que fortaleceram os discursos sociais sobre, por exemplo, a raça dos grupos excluídos e contribuem para demonstrar a genealogia do racismo e sua existência na sociedade brasileira. Ele identifica no pensamento hegeliano o primeiro conceito de reconhecimento, o desejo de obter bens não só por si mesmos, mas, também, por serem desejados pelos outros homens. Assim, o reconhecimento passa pelo olhar do ‘outro’ e pelos desejos individual e coletivo de reconhecimento.

Para D’Adesky olhar às sociedades hierárquicas, aristocráticas, permite identificar os tipos de relações de poder existentes no interior dessas sociedades e entender as causas das lutas por um reconhecimento. Já nas sociedades democráticas, a busca pelo reconhecimento denuncia a inexistência, ainda, de um estado que não solucionou problemas causados pelo racismo, resultando em desigualdades várias, como as de gênero, raça e de acesso aos bens sociais. Ainda se referindo a Taylor, o autor trata da importância das democracias, pois elas acenam para a possibilidade de desconstrução das políticas homogeneizadoras, opressoras e de eliminação dos privilégios.

Assim, o autor reforça a idéia de Taylor quando este localiza no diálogo aberto a possibilidade de formação de identidades; e, também, constata que esse espaço é arriscado e tenso, porém, rico em possibilidades de reduzir riscos de competições, imposições ou deformações. A saída, segundo D’Adesky (2001) é a presunção da igualdade de valor, respeito a todas as culturas humanas. Associando as idéias de D’Adesky entendo que o acesso ao discurso nos Meios de Comunicação de Massa também é um campo tenso, mas de debates e de possíveis mudanças.

### **Gênero**

Para a compreensão ou identificação de fatores que têm inibido o acesso das mulheres negras ao discurso midiático trago para o debate Kemberle Crenshaw (2001), Patrícia Hill Collins (1990) e Lélia Gonzalez (1983). Crenshaw quebrou a ideia tradicional de Direitos Humanos, com relação à raça e gênero, quando, em 1989 propôs a discussão da interseccionalidade entre eixos de poder para tratar de exclusões, muitas sobrepostas, a



um mesmo grupo de mulheres negras. Ela entende que as mulheres nessas sofrem intersecções que resultam na sua exclusão de várias ordens: racial, social, econômica, de gênero, de sexo, geracional entre outras.

Crenshaw (2001) ilustra o conceito de interseccionalidade a partir de um cruzamento de ruas, direcionando quatro pontos: Norte Sul, Leste e Oeste. Ao colocar uma mulher negra no centro do cruzamento ela será alvo de um conjunto de exclusões. Se ela for trocada por uma outra mulher, uma branca, essa sofrerá um outro grupo de discriminações e, assim, sucessivamente. O exemplo serve para a autora demonstrar que não basta ser mulher para passar por exclusões. A depender do pertencimento de raça e gênero, identidades, dessa mulher os fatores de exclusão se alternam. A autora demonstra que existem especificidades, combinações (raça e gênero) que vão tornar um grupo mais ou menos vulnerável.

No livro *Black Feminist Thought* (1990, já na sua 7ª edição), Patricia Hill Collins propõe uma consolidação do pensamento feminista negro norte-americano, tendo como ponto de partida uma teoria crítica centrada no ponto de vista e nas vivências das mulheres negras. Collins (1990) trata do ativismo e empoderamento das mulheres negras norte-americanas, recorrendo a idéia de interseccionalidade de Kemberle. Ela constata a existência de um ‘arranjo’ nas relações sociais e raciais que fazem com que as desigualdades sofridas pelas mulheres negras sejam invisibilizadas. E será esse ativismo e empoderamento das mulheres negras o potencial necessário para alterar essa realidade.

Já Lélia Gonzalez (1983), teórica feminista negra, construiu os alicerces do pensamento das mulheres negras brasileiras, identificando semelhanças com as idéias das intelectuais negras norte-americanas citadas acima. Gonzalez, no início dos anos 1980, também de forma incipiente, tocou na imbricação do sexismo, do racismo e do classismo e as exclusões produzidas pela intersecção das opressões de gênero, raça e classe.

Esse pensamento, ou feminismos negros é, segundo Claudia Cardoso (2012), alimentado por valores, princípios e cosmovisão organizados a partir de referenciais negro-africanos, propugna a pluralidade epistemológica assente em diferentes experiências e realidades, visando a produção de novos conhecimentos propositores de novas relações entre os seres humanos e destes com o mundo. Um pensamento que tem como centralidade o enfrentamento político ao racismo, sexismo e ao heterossexismo através de uma perspectiva interseccional.



Chama atenção identificar que a intersecção de fatores de exclusão influencia não só no acesso a questões amplas e de ordem social e econômica, como saúde e educação, acesso ao mercado de trabalho, mas na formação de representações sociais que não contribuem para a democratização do acesso ao discurso midiático as mulheres negras. Mesmo atuando na cognitividade essas representações operam como mais um filtro na seleção de quem terá passagem livre ao seletivo grupo das fontes jornalísticas.

Nesse caso pode-se questionar: que lugar a maioria das mulheres negras ocupa na representação social? Ou ainda, de que forma os cursos de Comunicação Social contribuem para manter essa lógica ou se estão praticando ações voltadas, por exemplo, para o conhecimento da história da Imprensa Negra Brasileira pelos/as estudantes? Os cursos de Comunicação Social contribuem ou não para manter essa lógica de exclusão das falas das mulheres negras dos Meios de Comunicação de Massa?

### **Considerações Finais**

Essa busca de justificativas ao desempenho da imprensa a partir dos dados da pesquisa *Mídia e educação: o discurso da imprensa no debate das ações afirmativas para negros/as* me levou a idéia de ‘neutralidade subjetiva’, uma exclusão do discurso midiático imposta às mulheres negras de forma não ostensiva, mas com presença destacada no campo das subjetividades, das representações sociais. Cabe, agora destacar um outro resultado da pesquisa: Das 370 matérias 108 foram favoráveis a adoção das cotas e 107 contrárias a esse mecanismo de Ações Afirmativas, em uma sociedade que, até então, se dizia viver em uma democracia racial. Esse empate técnico evidenciou o nível do conflito que as medidas provocaram e ainda provocam na sociedade brasileira e, também o alto grau de resistência da sociedade brasileira aos mecanismos que buscam minimizar o impacto do racismo entre os/as negros/as.

Por sua vez a Análise Crítica do Discurso, segundo Dijk (1997) contribui para apontar pontos nevrálgicos da Comunicação Social, como a identificação das fontes dos discursos veiculados nos MCM. Aliás, essa identificação, para o autor, tem se convertido no principal recurso de poder e dominação dos grupos dominantes na atualidade. O modelo proposto por Dijk para Análise Crítica do Discurso é capaz de elucidar estratégias dos segmentos que constroem e reproduzem esses discursos, muitos deles voltados a reforçar as desigualdades e injustiças sociais.



No caso da exclusão na mídia das falas das mulheres observa-se que os pensamentos feministas negros, não enfocam a presença das mulheres em espaços de poder, como é o discurso midiático, em um modelo que contribui para a reprodução de desigualdades e injustiças sociais e determina quem tem acesso às estruturas discursivas e de comunicação, aceitas e legitimadas pela sociedade. Tratam do empoderamento dessas mulheres sem a reprodução de valores e discriminações, dos quais são vítimas. No entanto, a quebra desse monopólio da fala se constrói com novas vozes opinando sobre novos e velhos temas, porém de um lugar diferenciado, com um propósito também diferenciado. Mas as mulheres negras não foram consultadas sobre as mudanças que o Estado brasileiro estava prestar a tomar para reverter, questões alicerçadas no racismo e que promoveram uma sociedade hierarquizada por questões de raça, classe e gênero!

Os dados demonstram que os mídias analisados não fugiram da armadilha e do lugar comum das representações sociais, da inferiorização e racismo presentes na sociedade brasileira contra as mulheres negras quanto não escuta um público alvo das Ações Afirmativas. Assim sendo, a ‘neutralidade subjetiva’, seria aquele campo de intersecção de questões que só são visíveis, muitas vezes, a partir da análise do discurso, por exemplo, e de um olhar mais crítico que contemple questões como raça e gênero, podendo ser combinados a questões de classe. Se a pesquisa citada não se propusesse a esmiuçar os dados levantados, fazendo recortes de raça e gênero, por exemplo, não identificaria essas exclusões, tamanha a sutileza com que essas questões se escondem nas teias da Comunicação Social, em especial, no processo produtivo da notícia, na escolha das fontes.

Assim, a pesquisa mostrou a preferência daqueles veículos mídias por falas masculinas, brancas e institucionais em detrimento das do Movimento Negro Brasileiro, as falas das mulheres negras. Ao mesmo tempo em que coloca um dos resultados, o de equilíbrio em termos de conteúdo das matérias, em um estado de análise que me estimula em aprofundar a idéia da ‘neutralidade subjetiva’. Um lugar onde é possível o convívio, a naturalização da exclusão a partir do racismo, das representações sociais e estereótipos, que descredenciam segmentos da população a ter opinião pública e visível ao público receptor e consumidor de informações.

É evidente que a construção da idéia de ‘neutralidade subjetiva’ também precisará olhar questões internas do Movimento Negro Brasileiro que criam uma via de mão dupla na sua relação com a mídia: a falta de ações midiáticas, rotinas comuns a



uma assessoria de imprensa, junto aos MCM. Essa falta, em alguns casos, é justificada pela absorção/naturalização da prática da exclusão. Por outro lado, percebo o desconhecimento dos/as jornalistas dessas outras fontes, o que, aliás, pode ser comprovado pela incidência com que as notícias trazem entrevistas com as mesmas fontes do Movimento Negro, limitadas, majoritariamente, ao eixo Rio-São Paulo.

A idéia de ‘neutralidade subjetiva’, tem aliados, como é o caso das representações sociais, do racismo das identidades, mas para solidificar-se também terá que focar o papel da Educação, da formação dos novos/as jornalistas, ainda refratária a mudanças sobre as fontes e ‘credibilidade’ dos/as entrevistados/as. Finalizando, acredito que o ensino da História da Imprensa Negra e a aplicação da Lei 10.639, nos cursos de Comunicação Social, podem contribuir na desconstrução de representações a respeito das mulheres negras.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos** na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012, Salvador. 382f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares) – PPGNEIM, UFBA, Salvador, 2012.

CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias, teorias e métodos**. LabCom, 2011.

D’ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil** – pluralismo étnico e multiculturalismo. Editora Pallas, 2001.

GUIMARÃES. Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **Preconceito e discriminação**. Editora 34, 2<sup>a</sup> edição, 2004.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas para a ascensão de negros no Brasil**: argumento pela ação afirmativa, in Revista Afro Ásia, CEAO/UFBA, nº18, 1996.

\_\_\_\_\_. O recente anti-racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários? In CARRANCA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva (Org.). **Espelho Infiel** – o negro no jornalismo brasileiro. Imprensa Oficial, 2004.

COLLINS. Patricia Hill. **Black Feminist Thought**. Editora, 1990.

JODELET. Denise (org.). **As representações sociais**. EDUERJ, 2001.

CRENSHAW, Kimberle. **A interscionalidade na discriminação de raça e gênero**. Revista Estudos Feministas, nº1, 2002.



GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SIVA, L.A. ET AL. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

HALL, Stuart. **O Espetáculo do Outro**, in Sem garantias, trajetórias e problemática dos estudos culturais. Instituto de Estudos Peruanos. Envion Editores. 2010

MARTINS, André Ricardo Nunes. Racismo e imprensa – argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades, in **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Coleção Educação para todos, Brasília. Ministério da Educação e Unesco, 2005.

MELO José Marques de Melo. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Editora Vozes, 1985.

MOSCOVIC. Serge. **Das representações coletivas às representações sociais**: elementos para uma história, in As representações sociais. EDUERJ, 2001.

RAMOS, Sílvia (Org.) **Mídia e racismo**. Editora Pallas, 2002.

SANTOS, Céres. **Como o Brasil tem enfrentado o paradigma das políticas afirmativas e adoção de cotas para afro-descendentes nas universidades**, in Revista do Curso de Especialização em Direitos Humanos, volume 1, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Ministério Público e UNEB, 2001.

VAN DIJK, Teun. Nuevo racismo y noticias – un enfoque discursivo, NASH Mary: TELLO, Rosa: BENACH Núria (Org.), in **Inmigración, género y espacios urbanos. Los retos de la diversidad**. Edicions Bellaterra, Barcelona, Edicion Bellaterra, 2005, pp. 33-55.

\_\_\_\_\_. **Racismo y análisis crítico de los médios**. Paidós Comunicación, 1997.

WEDDERBURN. Carlos Moore. Do marco histórico das políticas de ações afirmativas – perspectivas e consideração, in **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Coleção Educação para todos. Brasília. MEC e Unesco, 2005, pp. 313-341.

\_\_\_\_\_. **O racismo através da historia**: da antiguidade à modernidade. SECAD/MEC, 2007.